



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA - DGP
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

ANA SUELLEN CHAVES DE SOUSA QUEIROZ

**A ESCOLA SOB A PERSPECTIVA DE UM OLHAR COOPERATIVO:
uma proposta de intervenção**

João Pessoa

2019

ANA SUELLEN CHAVES DE SOUSA QUEIROZ

A ESCOLA SOB A PERSPECTIVA DE UM OLHAR COOPERATIVO

Projeto de Intervenção apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Prof^a. Orientadora: Íris Gomes dos Santos

João Pessoa

2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

Q3e Queiroz, Ana Suellen Chaves de Sousa.
A ESCOLA SOB A PERSPECTIVA DE UM OLHAR COOPERATIVO: UMA
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO / Ana Suellen Chaves de Sousa
Queiroz. - João Pessoa, 2019.
28 f.

Orientação: Iris Gomes dos Santos.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Educação, Economia solidária. I. Santos, Iris Gomes
dos. II. Título.

UFPB/BC

SUMÁRIO

1. Apresentação	5
2. Justificativa	15
3. Objetivos & ações.....	21
4. Metodologia.....	22
5. Recursos e parcerias	25
6. Resultados esperados	26
7. Cronograma	27
8. Referências	28

1. APRESENTAÇÃO

Este Projeto de Intervenção Local visa fomentar a inclusão da ECOSOL no currículo da Escola Cidadã Integral Técnica com possíveis desdobramentos para minimizar a evasão de alunos matriculados. Pretende-se, portanto, visibilizar a temática como mobilizadora dos potenciais humanos na comunidade para superar as necessidades econômicas e de sobrevivência a partir de cultura de colaboração.

O ensino profissional e técnico no Brasil tem suas origens atreladas à questão de classes sociais, relacionando-se desta forma ao ensino de ofícios aos desfavorecidos. “Esses ofícios eram ensinados aos jovens e às crianças que não tivessem opção, como aqueles advindos das Casas da Roda, garotos de rua e delinquentes” (SALES & OLIVEIRA, 2011, p. 165). Com isto, “habitou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais” (FONSECA 1961, p. 68).

Durante o Império, por exemplo, inúmeras iniciativas voltadas à educação profissional foram implementadas, como as Casas de Educandos Artífices instaladas em dez províncias, entre 1840 e 1865.

A partir daí, no decorrer do século XIX, várias instituições, eminentemente privadas, foram surgindo para atender às crianças pobres e órfãs. Essas instituições tinham propostas direcionadas para o ensino das primeiras letras e a iniciação aos ofícios como a tipografia, a carpintaria, a sapataria, a tornearia, dentre outras. Nessa perspectiva, pode-se inferir que a educação profissional no Brasil nasce revestida de uma perspectiva assistencialista com o objetivo de amparar os pobres e órfãos desprovidos de condições sociais e econômicas satisfatórias (ESCOTT & MORAES, 2012, p. 1494).

Com efeito, os Liceus de Artes e Ofícios, criados em inúmeras províncias do país – o primeiro deles no Rio de Janeiro, mantido pela Sociedade Propagadora de Belas Artes –, eram voltados para fins beneficentes.

Já no período da 1ª República, a partir do Decreto n.º 787, de 11 de setembro de 1906, o então Presidente Nilo Peçanha iniciou o ensino técnico no Brasil, com a criação de quatro escolas profissionais, nas cidades de Campos, Petrópolis, Niterói e Paraíba do Sul. As três primeiras destinavam-se ao ensino de ofícios e a última à aprendizagem agrícola.

Pode-se considerar que, no Brasil, a Educação Profissional e Tecnológica teve seu início oficial com o Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909, sancionado pelo Presidente Nilo Peçanha, que havia assumido o cargo após o falecimento de Afonso Pena, em julho de 1909 (BRASIL, 1909).

Foram criadas, no período, 19 Escolas de Aprendizes Artífices, em cada uma das capitais dos estados da República, com o objetivo de formar operários e contramestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretendessem aprender um ofício. Kuenzer (2007), destaca que:

"Essas escolas, contextualizadas em um período em que o desenvolvimento industrial praticamente inexistia, tinham a finalidade moral de repressão: educar pelo trabalho, os órfãos, pobres, e desvalidos da sorte, retirando-os das ruas, caracterizando-se como política pública moralizadora da formação do caráter pelo trabalho".

Segundo Vieira e Souza Junior (2016) comentam, em 1910 tais Escolas passaram a ofertar cursos de tornearia, mecânica e eletricidade, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas. No entanto, "a escassez de mestres de ofícios especializados e de professores qualificados foram fatores decisivos, que influenciaram diretamente na baixa eficiência apresentada pela Rede de Escolas de Aprendizes Artífices" (SALES & OLIVEIRA, 2011, p. 171). Os autores indicam que, mesmo com dificuldades, esse modelo profissional foi se consolidando ao longo do tempo, vindo a constituir, mais tarde, a rede de escolas técnicas do país.

Em 1930, com a expansão da industrialização no país, a preocupação com a formação de recursos humanos necessários ao processo produtivo tomou forma. Assim, no Ministério da Educação e Saúde Pública, estruturou-se a Inspeção do Ensino Profissional Técnico, a qual passou a supervisionar as Escolas de Aprendizes Artífices. Até então, as escolas estavam vinculadas ao Ministério da Agricultura. Após a reorganização, iniciou-se um período marcado por uma política de criação de novas escolas industriais e introdução de novas especializações nas escolas existentes.

Ratificando essa linha política, a Constituição de 1937 abordou especificamente o ensino profissional, técnico e industrial, estabelecendo que:

As escolas pré-vocacionais e profissionais, destinadas às classes menos favorecidas, constituíam dever do Estado, a quem competia, com a colaboração das indústrias e dos sindicatos econômicos, criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários e associados (BRASIL, 1937).

A partir de 1942, a Reforma Capanema, pelo Decreto-lei n.º 4.422 (Brasil, 1942), remodelou o ensino no país.

Nessa nova estruturação do ensino foram criados os cursos médios de 2.º ciclo, científico e clássico, com duração de três anos, com o objetivo de preparar os estudantes para o ingresso no ensino superior. Assim, a educação profissionalizante, parte final do ensino secundário, era constituída pelos cursos normal, industrial técnico, comercial técnico e agrotécnico, com o mesmo nível e duração do colegial e que, no entanto, não habilitavam para o ingresso no ensino superior (ESCOTT & MORAES, 2012, p. 1495).

Vieira e Souza Junior (2016) afirmam ter surgido nessa época o chamado Sistema S4, com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Em 1943, foi criada a Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Comercial. Em 1946, foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), o Serviço Social do Comércio (Sesc) e o Serviço Social da Indústria (Sesi), impulsionando o atendimento em educação profissional.

O Decreto-lei n.º 4.244/1942 vigorou até o final do governo Kubitschek quando, após muitos debates e discussões, foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira, de n.º 4.024/1961 (Brasil, 1961). Pela primeira vez, uma legislação reconhece a integração completa do ensino profissional ao sistema regular de ensino, estabelecendo-se a plena equivalência entre os cursos profissionais e propedêuticos, para fins de prosseguimento nos estudos (KUENZER, 2007, p. 29).

Com o Golpe militar em 1964, a educação brasileira sofreu modificações por meio da Lei n.º 5.692/71 (Brasil, 1971), que reformou o ensino do 1.º e 2.º grau e tentou impor o ensino médio profissionalizante para todos. Destacando-se o polêmico caráter de profissionalização obrigatória do ensino de 2.º grau, com o discurso de atendimento à crescente demanda das classes populares por acesso a níveis mais elevados de escolarização. A Lei reforça o interesse do governo militar no desenvolvimento de uma nova fase de industrialização “subalterna”, conhecida historicamente como o milagre brasileiro. Tal projeto demandava por mão de obra qualificada com técnicos de nível médio que “garantiria a inserção no mercado de trabalho, devido ao crescente desenvolvimento industrial, marcado pela intensificação da internacionalização do capital” (ESCOTT & MORAES, 2012, p. 1496).

Todavia, a expansão dessa obrigatoriedade de ensino técnico profissionalizante não se concretizou, o que foi reconhecido pela Lei n.º 7.044/1982 (Brasil, 1982). Em 1990, foram criados outros focos nessa linha de formação: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Serviço Nacional do Transporte (SENAT), o Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo (SESCOOP) e o Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE).

Na sequência, a Lei n.º 11.741/2008, artigos 39 e 42, definiu que a educação profissional e tecnológica se integra aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia (BRASIL, 2008), desvinculando o ensino técnico profissional a um caráter assistencialista e segregacionista, direcionado somente às populações pobres.

A partir daí, a expressão Educação Profissional, que constava do artigo 39 da LDBEN, passou para Educação Profissional e Tecnológica. Essa alteração teve por objetivo redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura (VIEIRA; SOUZA JR, 2016).

A educação profissional e tecnológica no Brasil, atualmente, nos termos do art. 39, § 2.º, da Lei n.º 11.741/2008, abrange os seguintes cursos: I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II – de educação profissional técnica de nível médio; III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação” (Brasil, 2008).

Os cursos técnicos de nível médio podem assumir diferentes formatos: **integrado**, incluindo formação profissional e ensino médio em um único curso; **concomitante**, com cursos distintos ao mesmo tempo; e **subsequente**, que corresponde à formação profissional após conclusão do ensino médio.

A Lei n.º 12.513, de 2011, instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, ampliando a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. Para Vieira e Souza Junior (2006), tal lei foi alterada pela de n.º 12.816/2013, que ampliou o rol de beneficiários e ofertantes da Bolsa-Formação Estudante, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec. Por fim, em 6 de junho de 2012, o Ministério da Educação expediu um Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), do qual

constam treze eixos tecnológicos: “ambiente e saúde; controle e processos industriais; desenvolvimento educacional e social; gestão e negócios; informação e comunicação; infraestrutura; militar; produção alimentícia; produção cultural e design; produção industrial; recursos naturais; segurança; turismo; hospitalidade e lazer”.

Do ponto de vista da implementação do ensino técnico e profissional por governos subnacionais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece (artigo 9.º, inciso I) ser de atribuição da União elaborar o Plano Nacional de Educação, mas em colaboração com os estados e municípios. (BRASIL, 1996). Nesse esforço de colaboração entre os governos para a implementação e desenvolvimento da política, o II Plano Nacional de Educação para o período de 2014-2024 (Lei n.º 13.005, de 2014) apresenta 20 metas e 254 estratégias a serem perseguidas pelos três níveis da federação. Em seu artigo 2.º tem como diretrizes:

“I – erradicação do analfabetismo; II – universalização do atendimento escolar; III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na **promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação**; IV – melhoria da qualidade da educação; V – formação para **o trabalho e para a cidadania**, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país; VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX – valorização dos(as) profissionais da educação; X – **promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental**” (BRASIL, 2014, p. 33, grifos nossos).

As diretrizes citadas estão relacionadas com a temática e recorte deste trabalho, tendo em vista que para a concretização da educação profissional e tecnológica há a necessidade de possibilitar o acesso e permanência na escola, pois os estudantes apresentam grandes dificuldades para frequentar e concluir a escolarização, superar as desigualdades sociais e conseqüentemente eliminar os estigmas relacionados às suas origens socioeconômicas a partir da valorização da diversidade e sustentabilidade.

O Estado da Paraíba em seu Plano Estadual de educação (2015 - 2025), indica que:

Embora a Paraíba venha apresentando crescimento de matrícula na educação profissional, as metas pretendidas em nível nacional atestam números bastante desafiadores, o que exige interlocução da educação com o setor produtivo. É preciso ter clareza da vocação econômica e dos arranjos produtivos das localidades e, a partir daí, definir projetos de cursos

que apresente um eixo curricular viabilizador da oferta dos cursos demandados pelo mundo do trabalho, sem perder de vista os horizontes de formação humana, crítica e cidadã.

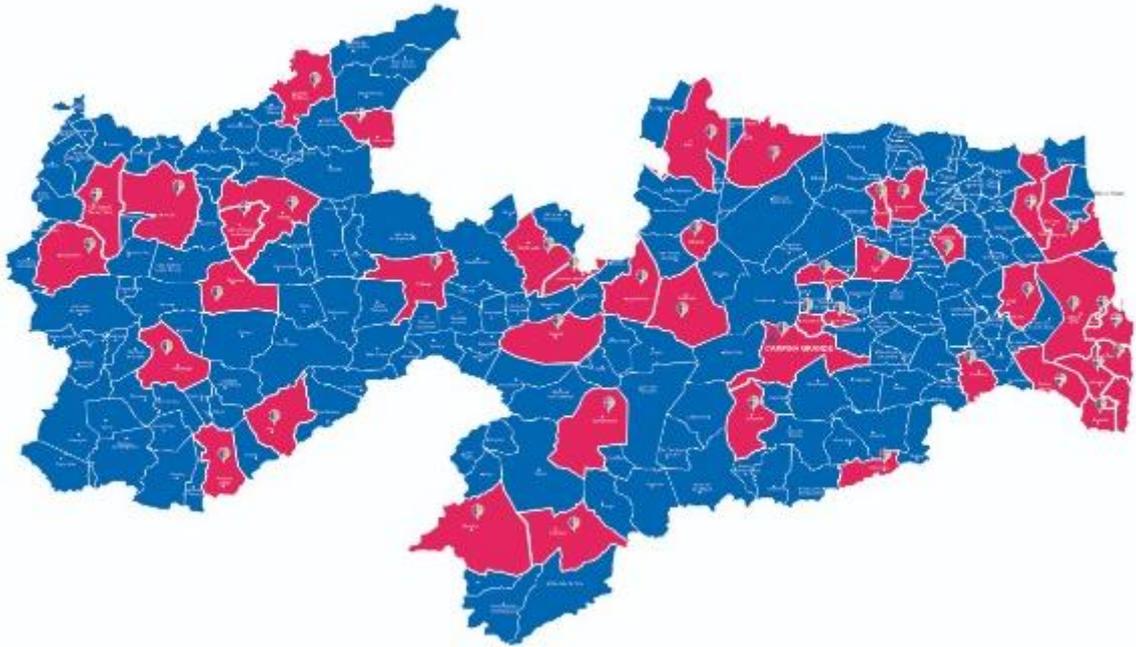
Para o cumprimento de metas do Plano Nacional de Educação, o Plano Estadual de Educação da Paraíba (2015 -2025) elaborou doze estratégias básicas, implantando um “novo” modelo de escola pública, voltada para a organização e o funcionamento de unidades de ensino em tempo integral que atendessem às metas de ambos os planos. No contexto das Escolas Cidadãs Integradas Técnicas (ECITs), a carga horária diária se estenderia para 9 horas de atividades educacionais e isso transformaria a escola, de forma ainda mais significativa, em um espaço de aprendizagem constante com o fortalecimento do papel do estudante como autor da construção da própria aprendizagem, por meio da aquisição de competências que o capacite e o convide a pensar, dialogar, construir e intervir, de modo a transformar sonhos em realidade. (PARAÍBA, 2018, p.07)

Este novo modelo de escola não oferta ao estudante apenas conteúdos didáticos tradicionais, mas tem como foco uma proposta curricular diferenciada, com metodologias específicas e centradas no conceito de formação dos jovens a partir do fortalecimento do projeto de vida de cada um deles. Isto é, considera a formação através de uma base curricular comum e de um currículo diversificado.

De acordo com a fala do Secretário de Estado da Educação da Paraíba Aléssio Trindade (PARAÍBA, 2018, p.08), em 2015, o desenho da Política de Educação Integral para o Ensino Médio criou a Escola Cidadã Integral (ECI). Nesse momento, verificou-se também dentro do contexto da aprendizagem como base para a realização de sonhos, ser necessário fortalecer, além do ensino integral, o ensino profissional e técnico, uma vez que é natural que os anseios da juventude girem em torno da inserção no mundo do trabalho e as inúmeras possibilidades que se apresentam. Assim, criou-se também a Escola Cidadã Integral Técnica (ECIT).

Em 2016, se iniciou a implantação desse modelo de educação integral em oito escolas, sendo cinco ECIs e três ECITs. Em 2017, ampliou para 33 escolas, das quais 7 eram ECITs. Em 2018, um total de 100 escolas, com 69 ECIs e 31 ECITs, até alcançar em 2019, 68 ECITs. Conforme demonstrado no mapa abaixo, ocorre uma interiorização desses modelos no estado desde a sua criação.

Mapa 1 – Distribuição das Escolas Cidadã Integral Técnica (ECIT) -2016-2018

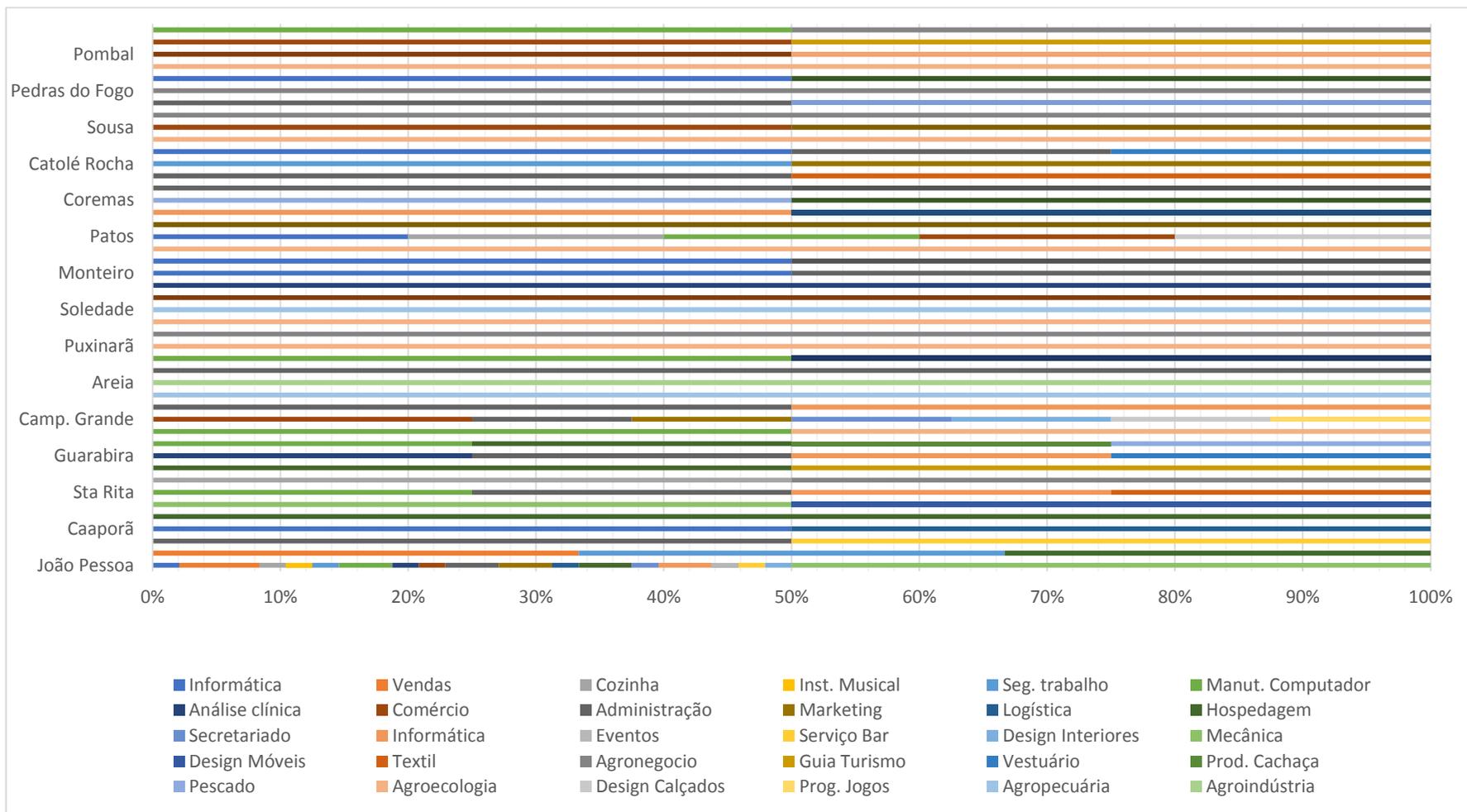


Fonte: PARAÍBA, 2018.

No que se refere ao âmbito pedagógico, também foi necessário ir além dos investimentos já realizados pelo Estado. Pensando em melhorar a forma de implantar o modelo de educação integral citado, onde o protagonismo juvenil é a base da formação, definiu-se como proposta curricular o método da Escola da Escolha, que tem como princípios norteadores a pedagogia da presença, o protagonismo juvenil e o projeto de vida do estudante. Para tanto, o Estado estabeleceu parcerias com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação - ICE, com o Instituto Natura, o Instituto Sonho Grande e o Itaú BBA. (PARAÍBA, 2018, p.09).

A despeito do investimento em infraestrutura nas escolas, onde foram disponibilizados laboratórios de Robótica, Matemática, Ciências, Física, Elétrica, Mecânica e Ondas, contando com sistemas portáteis de aquisição de dados e com impressoras 3D em cada unidade (PARAÍBA, 2018, p.08), a variação de oferta de cursos é extremamente desigual, se concentrando nos municípios maiores, especialmente João Pessoa (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Variação dos Cursos Ofertados nas Escolas Cidadã Integral Técnica (ECIT) -2016-2018



Fonte: elaborado pela autora com base em dados disponibilizados pela Secretaria Estadual de Educação

Segundo Aléssio Trindade (PARAÍBA, 2018, p.09), ao final de 2016 foi realizado um balanço avaliativo das oitos escolas nas quais o modelo foi implantado inicialmente e se verificou que o currículo aplicado nas ECITs não oferecia atividades específicas voltadas ao protagonismo profissional. Essa lacuna faria com que as formações nas unidades de ensino não estivessem em conformidade com a ideia basilar das escolas técnicas: formar os estudantes para a vida social e profissional por meio da aquisição de competências e habilidades para o mundo do trabalho e para o curso técnico específico escolhido pelo estudante. (PARAÍBA, 2018, p.08)

Assim, foi sugerido aos parceiros que desenhassem e implantassem um Projeto piloto em uma ECIT com o objetivo de contribuir para o protagonismo profissional dos estudantes, de tal forma que fossem capazes de transformar a si mesmos, a comunidade em que estão inseridos e o setor produtivo. Para participar do Projeto Piloto, foi selecionada a ECIT Erenice Cavalcante Fideles, localizada no município de Bayeux, que oferta cursos técnicos de Design de Móveis e Mecânica. Salienta-se ser esta a escola onde será desenvolvido o Projeto de Intervenção proposto neste trabalho.

A proposta era buscar algo inovador, transformador e sustentável. Para tanto, implantou-se uma proposta curricular construída coletivamente com assessores técnicos, formadores, professores e coordenadores pedagógicos técnicos e propedêuticos, que trouxeram resultados bastantes positivos, uma vez que vem conseguindo proporcionar aos estudantes uma aprendizagem significativa, com interação direta com a comunidade e com as empresas locais. (PARAÍBA, 2018, p.09).

Compreendendo o desenho de implantação do modelo das Escolas Cidadãs Integrais Técnicas, no qual existe uma preocupação quanto a interação efetiva com a comunidade e a vivência dos estudantes em atividades práticas para o desenvolvimento de tecnologias sociais na elaboração de projetos com soluções de problemas reais enfrentados no cotidiano da comunidade onde vivem, sugerimos aqui sensibilizar a comunidade escolar acerca da Economia Solidária como uma proposta alternativa para mobilizar os discentes da ECIT Erenice Cavalcante Fideles em torno de uma economia desenvolvida em bases solidárias e não competitivas.

A economia solidária se apresenta como uma inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta eficaz em favor da inclusão social. Debater tais ideias junto a formação profissional dos alunos do ensino médio é proporcionar a eles uma visão mais multidimensional, que vai para além do econômico, e integra fortemente a educação, a cultura e a ação política para a transformação social.

Em uma sociedade mergulhada no modo de produção capitalista, os desafios dos educadores na formação profissional são grandes, o sujeito precisa de uma educação que lhe propicie o reencontro com sua própria natureza (RODRIGUES, 2011, p.10).

Partindo da economia solidária como tema gerador de discussões reflexivas aos discentes e a comunidade local para reafirmar que a escola pode e deve promover a reflexão crítica acerca dos contextos mais amplos e auxiliar os sujeitos a construir a consciência social e de si, e a formularem projetos pessoais e coletivos de futuro. Queremos com isso, oportunizar para os discentes um ambiente construtivo, que contemple a autonomia, a participação solidária, a percepção do território e o pertencimento. Acima de tudo, criar um espaço de diálogo, discussão, compreensão e ação para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável.

Na condição de docente de design de móveis da Escola Técnica Estadual de Bayeux (ECIT Erenice Cavalcante Fideles), observei que de 2017 a 2019 houve um aumento no número de alunos que evadiram do ambiente escolar na tentativa de ingressar no mercado de trabalho para ajudar na renda familiar. Isso porque grande parte do nosso alunado deriva de famílias de baixa renda, excluídos economicamente. Partindo dessa realidade, o projeto de intervenção tem como proposta central introduzir a economia solidária nas atividades e ações pedagógicas escolares, a fim de contribuir para a redução do índice de evasão escolar a partir do desdobramento da organização cooperativa envolvendo o alunado, pais e demais membros das comunidades.

A interface entre a presente proposta de intervenção e a Economia Solidária é construída pela busca de uma alternativa criativa, justa e humana para a promoção de uma melhor qualidade de vida, capaz de oferecer condições de permanência do aluno no ambiente escolar até a conclusão de sua escolarização.

A Economia Solidária precisa ser percebida como um modo criativo de viver, lutar e se organizar, tendo em vista que

A economia solidária constituiu-se o fundamento básico de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável socialmente justo, voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos (SOUZA, FILHO, HOLANDA, 2011, p. 10).

Quando falamos de Economia Solidária como uma nova forma de fazer economia, estamos também dizendo que queremos novas relações sociais, culturais, políticas. Vista como proposta coerente à problemática aqui tratada, a Economia Solidária ganhará uma discussão mais aprofundada no item 4 deste trabalho.

2. JUSTIFICATIVA

Como sinalizado na apresentação, a evasão escolar associa-se também à condição de vulnerabilidade social e econômica dos alunos e mesmo da localidade onde vivem. Bayeux é um município situado na Região Metropolitana de João Pessoa. Sua população, conforme estimativas do IBGE de 2019, é de 96.880 habitantes, distribuídos em 32 km² de área, apresentando uma densidade demográfica de 3.027 hab/km². Bayeux é formada por um único distrito, o distrito-sede, e conta com os seguintes bairros: Alto da Boa Vista; Baralho; Brasília; Centro; Comercial Norte; Imaculada; Jardim Aeroporto; Jardim São Severino; Jardim São Vicente; Mário Andreazza; Rio do Meio; São Bento; Sesi e Tambay.

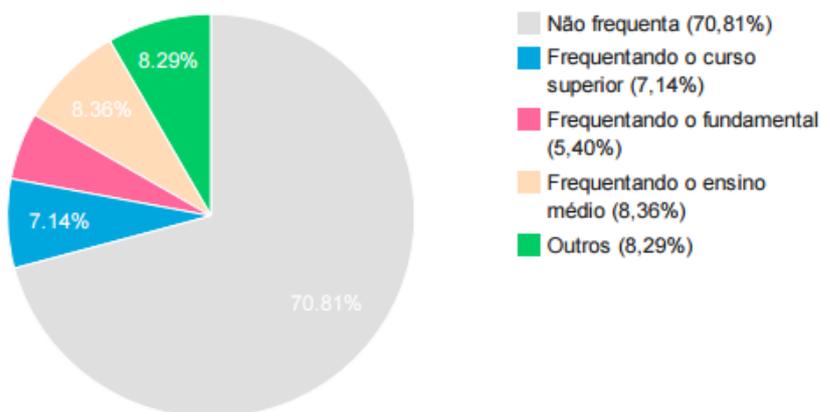
O município de Bayeux tem uma importante área representativa do ecossistema de manguezal com resquícios de Mata Atlântica e uma Unidade de Conservação Estadual da Mata do Xem-xem, com 181,22 hec., região que se mostra de grande importância para a preservação da fauna e da flora ameaçadas, mas ainda existentes no estuário do Rio Paraíba.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do município foi de 0,649, o que o coloca na faixa de Desenvolvimento Humano Médio. Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,226), seguida por Longevidade e por Renda. Segundo dados do

IBGE (2017), o salário médio mensal no município era de 1.8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 11.4%. Já o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo é de 43,2% (IBGE 2010). De acordo com essa mesma fonte, 49,86% da população encontra-se vulnerável à pobreza.

Quanto a educação, o IBGE mostra que a proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 88,22% no período de 2000 a 2010, no ano de 2018 foram realizadas 3.875 matrículas no ensino médio. O município conta hoje com 4 escolas de ensino médio, dentre elas 2 são escolas cidadãs integral, 1 escola cidadã integral técnica e 1 regular. Depois do alcance da maior idade (18 anos) a frequência escolar apresenta-se em 70% de ausência conforme gráfico 2, disponibilizado pelo IBGE em 2010. Cabe salientar que parte desse percentual inclui os jovens cuja escolaridade foi completa em nível médio.

Gráfico 2 - Frequência Escolar entre Jovens de 18 a 24 anos - Bayeux - PB (2010)



Fonte: IBGE, 2010

De acordo com o IBGE (2010), a taxa de ocupação da população de 18 anos ou mais economicamente ativa estima-se em 61%, já a população economicamente não ativa nesta mesma faixa atinge 39%. O grau de formalização dos ocupados é de 52,92% e o nível educacional dos ocupados com ensino médio completo é de 37,30%, apresentando também um panorama de 88,11% dos ocupados com

rendimento médio de até 2 salários mínimos e 27,95% dos ocupados com rendimento médio de até 1 salário mínimo.

Os dados acima ilustram a dinâmica vivida por nosso alunado com idade mais avançada, cuja evasão do ambiente escolar se mostra maior quando o fim do ciclo do ensino médio se aproxima. Uma vez em defasagem escolar, esse aluno maior de 18 anos apresenta dificuldades de se manter em condição de escolarização tendo em vista que as pressões para auxiliar economicamente sua família aumenta, forçando-o a interromper os estudos e se inserir no mercado de trabalho antes da conclusão do ensino médio, onde desempenhará, via de regra, atividades laborais precárias e/ou informais.

Neste cenário social, a Economia Solidária com seus valores e princípios se apresenta como uma alternativa de organização produtiva colaborativa e economicamente mais justa e igualitária em relação ao capitalismo vigente, ofertando uma vida melhor, onde se valoriza o ser humano e suas expectativas coletivas. Como indica Rodrigues (2011, p. 12) “a marginalização e a ausência de horizontes de mudança social que afetam populações em situação de pobreza extrema influem na falta de motivação e nas dificuldades que tanto jovens quanto adultos enfrentam para se inserir em processos de escolarização”.

A inserção da concepção da Economia Solidária nas atividades das ECITs contribui para a qualificação cidadã dos discentes, formando sujeitos críticos, interventores, autônomos, solidários e sensíveis no tocante a identificação das realidades e desejos dos grupos onde estão inseridos. As práticas pedagógicas podem ser direcionadas para as condições da existência social dos estudantes e de suas famílias, vislumbrando outras formas de produção econômica que não tem como fim último a acumulação de capital geradora de desigualdades sociais e agravos ao meio ambiente.

Para que tal inserção seja possível, é necessária uma estrutura curricular flexível e inovadora, colocando em diálogo saberes diversos, dotada de estratégias formativas numa perspectiva intersetorial, articulando-a as políticas de desenvolvimento local, de trabalho e renda, participação, assistência social, saúde, cultura, meio ambiente. Cenário que podemos contemplar nas Matrizes Curriculares dos cursos Técnicos integrado ao ensino médio da rede Estadual de Educação.

A matriz curricular destes cursos é composta por 4 eixos: **Formação Geral** (Linguagens, Ciências humanas, Ciências da natureza e matemática); **Parte Diversificada** (Orientação de estudo, Eletiva, Projeto de vida, Pós-médio e Avaliação semanal); **Formação Básica para o Trabalho** (Informática básica, Língua estrangeira (Inglês e Espanhol), Inovação social e científica, Intervenção comunitária, Empresa pedagógica e Higiene e Segurança do trabalho); **Formação Profissional** (Disciplinas específicas do curso técnico). Apresento no quadro 1, descrita abaixo, as cargas horárias da Matriz Curricular.

Quadro 1 – Carga horária do Currículo Articulado

CURRÍCULO ARTICULADO		CARGA HORÁRIA	
Base Comum	Formação Geral	2.289 h	3.039 h
	Parte Diversificada	750 h	
Área Técnica	Formação Básica para o trabalho	615 h	1.643 h
	Formação Profissional + Estágio	1.028 h	
CARGA HORÁRIA TOTAL			4.682 h

Fonte:elaborada pela autora

Um currículo pensado de forma integrada não se restringe a articular as áreas de conhecimento, a formação profissional e as estratégias didáticas. Requer além disso, criar oportunidades para que estudantes se reconheçam na diversidade, analisem o próprio contexto de vida e da realidade local. A inclusão desta temática 'Economia Solidária' na articulação curricular de competências e habilidades, trata-se de não apenas pensar os jovens e as escolas, mas em pensar na comunidade a partir dos jovens e das escolas, e ela pode lançar-se na Matriz curricular já existente como uma proposta de Eletiva, na parte da Base Comum, bem como, na Formação Básica para o Trabalho dentro das disciplinas de Inovação Social e Científica e/ou Intervenção Comunitária.

A Eletiva é uma disciplina temática oferecida semestralmente, sugerida por professores e/ou pelos estudantes e propõe diversificar, aprofundar e enriquecer os conteúdos trabalhados pelas disciplinas da base comum e da Área Técnica, a disciplina deve ter como característica a interdisciplinaridade. A disciplina de Inovação Social e Científica objetiva-se em permitir a participação dos estudantes em oficinas práticas, facilitadas pelos professores, cujo tema gerador é o

desenvolvimento de tecnologias sociais, tornando possível a aplicação de soluções de problemas reais da comunidade; já a disciplina de Intervenção Comunitária visa a uma mudança na comunidade que promova o bem-estar das pessoas, uma vez que pretende desenvolver habilidades gerais para o mundo do trabalho e atuação na vida social.

A Economia Solidária na formação de Jovens e Adultos

Trabalhar a economia solidária e a Educação de Jovens e Adultos dar-se na tentativa de explorar as possibilidades existentes de mudança das condições de trabalho e de vida da classe social menos favorecida do município de Bayeux-PB. Com a intenção de criar uma nova consciência rumo às práticas solidárias do trabalho, para driblar o desemprego e ao trabalho precário no âmbito do sistema capitalista, e conseqüentemente, garantir a permanência dos nossos discentes na escola até a conclusão completa do ensino médio.

O processo educativo decorre do múltiplo entrelaçamento dos sujeitos que proporcionam saberes construídos no interior dos grupos sociais – geradores de uma conscientização espontânea – e outros aprendizados construídos com agentes externos que apoiam as iniciativas de geração de trabalho e renda – constitutivos de uma conscientização induzida. (BORGES,SGUAREZI, 2012, p.151).

Ainda pra Borges e Sguarezi (2012), a economia solidária proporciona mais que a viabilidade econômica de empreendimentos solidários, sua abrangência compreende diferentes formas de desenvolvimento que transcendem a satisfação material dos agentes sociais. Relata ainda que, a Ecosol está alicerçada na transformação da realidade de trabalhadores excluídos, que se mobilizam e se organizam na busca de alternativas que os transformem em protagonistas de seu próprio destino.

A educação fomentada pelos princípios da Economia Solidária, é vista aqui, como forma de construção de processos de conscientização dos agentes sociais envolvidos na dinâmica da cultura de colaboração.

Esse tipo de economia surgiu como uma reação auto-organizada durante a Revolução Industrial no século XVIII. Entre os pioneiros destacam-se: Robert Owen

(1771-1858), Willian King (1786-1865), Charles Fourier (1772-1837), Philippe Buchez (1796-1865) e Louis Blanc (1812- 1882).

É, fundamentalmente, uma filosofia na qual o coletivo prevalece, e busca-se construir outra maneira de processar a economia, tendo base no trabalho e na distribuição equitativa do excedente adquirido e não na acumulação individual de riqueza com base na exploração do trabalho do outro (BORGES,SGUAREZI, 2012, p.152).

Borges e Sguarezi (2012) relata que, a experiência dos Pioneiros de Rochdale até chegar ao século XXI vem crescendo cada vez mais a importância dessas práticas.

A prática da economia solidária exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam re-educadas (...). Essa re-educação coletiva representa um desafio pedagógico, pois se trata de passar a cada membro do grupo outra visão de como a economia de mercado pode funcionar e do relacionamento cooperativo entre sócios, para que a economia solidária dê os resultados almejados. Essa visão não pode ser formulada e transmitida em termos teóricos, apenas em linhas gerais e abstratas. O verdadeiro aprendizado dá-se com a prática, pois o comportamento econômico solidário só existe quando é recíproco. Trata-se de uma grande variedade de práticas de ajuda mútua e de tomadas coletivas de decisão cuja vivência é indispensável para que os agentes possam aprender o que deles se espera e o que devem esperar dos outros (SINGER, 2005, p. 16).

Uma alternativa pautada pela solidariedade, democracia, respeito mútuo e cooperação, a economia solidária se apresenta neste projeto de intervenção, como uma alternativa econômica com o objetivo de gerar renda à familiares dos discentes da ECIT Erenice Cavalcante Fideles excluídos do mercado de trabalho.

Nessa perspectiva, as interações de diferentes agentes sociais, sejam internos ou externos, produzem saberes característicos da economia solidária. Pode-se dizer dessa forma, que a economia solidária é um processo educativo, pois possibilita, fundamentalmente, a construção de conhecimento desde a mobilização coletiva até a organização gerencial do empreendimento.

3. OBJETIVOS & AÇÕES

Objetivo Geral – Fomentar a inclusão da Economia Solidária no currículo e práticas pedagógicas da Escola Cidadã Integral Técnica Erenice Cavalcante Fideles com possíveis desdobramentos na evasão dos alunos.

Objetivos Específicos:

- a. Sensibilizar os docentes e demais profissionais da comunidade escolar acerca dos princípios da economia solidária;
- b. Elaborar junto aos discentes da Escola Cidadã Integral Técnica Erenice Cavalcante Fideles a compreensão de iniciativas da Economia Solidária através do senso coletivo e busca de justiça social;
- c. Propor políticas internas para a geração de renda das famílias dos estudantes matriculados na escola e fragilizados economicamente, baseadas nos moldes da Economia solidária.

Ações a serem desenvolvidas:

- ✓ Oferecer oficinas distribuídas nas disciplinas do currículo escolar para trabalhar os conceitos de autogestão, cooperação, democracia, respeito à natureza, solidariedade e valorização do ser humano;
- ✓ Realizar um mapeamento biorregional do município de Bayeux para a produção do diagnóstico participativo;
- ✓ Debater sobre a viabilidade da implantação de ações cooperativistas para geração de renda e diminuição da exclusão social, tais como: cooperativa formada por mães de estudantes que estejam desempregadas (Lanchonete comunitária), cooperativa formada por mulheres para o desenvolvimento do artesanato com sisal, despertando um resgate cultural do local (As sisaleiras),

cooperativa formada por pais voluntários para a restauração de moradias precárias de discentes matriculados (Paisustentáveis);

- ✓ Desenvolver ações de intercâmbio para conhecimento de iniciativas de cooperativismo já existentes, especialmente protagonizadas por jovens.

4. METODOLOGIA

No processo de intervenção adotar-se-á abordagem participativa, reconhecendo a pertinência no processo de produção de saberes, motivando uma ação coletiva visando a transformação social dos atores envolvidos.

Para tanto, nos respaldamos em Mogilka (2002) acerca das etapas de um projeto de intervenção social, à medida que o autor coloca a necessidade de contemplar os seguintes processos:

1. "[...] Fazer contatos iniciais, sondar o grau de interesse do grupo e da direção e conhecer o local" (p.119);
2. "[...] Sensibilizar os grupos para o engajamento necessário à construção de um novo projeto" (p.120);
3. "[...]Discussões coletivas, de caráter reflexivo e metodológico" (p.120)
4. "[...] Pode se constituir, entre outras possibilidades, no acompanhamento da realização do projeto político, auxiliando nas dificuldades surgidas e participando, sempre que possível, nas discussões coletivas para a busca das soluções" (p.121).

Para o desenvolvimento do Projeto de Intervenção será realizado inicialmente um levantamento, junto à secretaria da escola, dos dados de alunos matriculados na ECIT Erenice Cavalcante Fideles a fim de traçar melhor o perfil dos atores diretamente envolvidos. De todo modo, foi realizado uma aproximação diagnóstica com os estudantes, em quatro encontros, para compreendermos um pouco sobre seus pontos de vistas acerca da realidade local e identidades associadas ao território. Contamos, para tanto, com a participação de alunos oriundos de todas as comunidades pertencentes ao município de Bayeux.

O desenvolvimento do mapeamento foi realizado por 20 discentes matriculados no 3º ano do ensino médio do curso Técnico de Design de Móveis. Uma vez reunidos, os alunos escolheram como se organizariam para o

desenvolvimento da atividade, que perdurou por 4 encontros, sendo 2 encontros por semana. Os discentes decidiram que 04 deles ficariam responsáveis pela representação gráfica do mapa, 04 pela confecção das plaquinhas de identificação, e todos seriam responsáveis por mapear o território, distribuindo as plaquinhas de identificação (legendas). Utilizaram como requisito ter ao menos um representante de cada bairro dos 14 bairros que compõem o município de Bayeux. Foi surpreendente ver a empolgação com a qual os discentes realizaram as atividades do mapeamento, visto que se sentiram animados ao falar de seu território, seu lugar, sua comunidade. Sem apresentarem resistência e tomados por um sentimento coletivo, me emocionei em vê-los trabalhando numa sistemática sensivelmente colaborativa e integrada de suas opiniões e discussões.

Curioso notar que os participantes decidiram pelas seguintes representações/legendas para comporem o mapa: boca de fumo; equipamentos públicos (escola, saúde, lazer, delegacia); comércio; indústria; comunidade. Percebe-se que a boca de fumo, representada por uma folha de maconha, se integra à ideia do território como algo estrutural, se igualando aos equipamentos públicos e demais infraestruturas. Muito se discute sobre a aproximação de jovens de periferia com atividades relacionadas ao comércio de drogas ilegais. A importância associada pelos discentes a tal questão nos indica o quanto isso permeia a realidade deles como algo presente e latente.

Imagem 1 – Mapa Bioregional do Município de Bayeux



Fonte: atividade de campo - mapeamento conduzida pela autora

O mapeamento foi uma atividade interessante para identificar previamente a leitura dos discentes sobre os espaços sociais e públicos que o permeiam. Estes cenários agregam potenciais parcerias (comércio, indústria), mas também constrangimentos ao desenvolvimento econômico e humano dos jovens estudantes. Este material deverá ser retomado durante as oficinas contempladas nessa proposta, com o objetivo de fomentar discussão localizadas e reflexões identitárias.

O trabalho a ser desenvolvido nas oficinas pretende contemplar os conceitos de autogestão, cooperação, democracia, respeito à natureza, solidariedade e valorização do ser humano, mobilizando discentes, corpo docente e gestão para buscarmos um entendimento coletivo sobre as potencialidades da ECOSOL enquanto uma ferramenta importantíssima no fortalecimento dos sujeitos de direito que compõem a comunidade local, incorporando um currículo vivo e em construção permanente.

Serão realizadas também rodas de diálogos com os pais dos alunos, para com isso aproximar sociedade e comunidade escolar no entendimento da importância de se identificarem enquanto grupos e se organizarem para atuarem em conjunto. Assim nos ensina Freire: “estar no mundo implica necessariamente estar com o mundo e com os outros” (FREIRE, 2002, p.20).

Como uma das estratégias de sensibilização, levaremos os discentes e integrantes da comunidade escolar para conhecerem iniciativas ECOSOL fomentadas pela UFPB/NUPLAR/INCUBES. Além disso, serão exibidos filmes que tratam de cooperativismo e Economia Solidária, bem como aproximação a movimentos sociais locais que lutam contra a exclusão social e econômica.

A partir disso, e a depender dos interesses dos participantes, será fomentada a organização de grupos produtivos integrados por pais, mães e discentes, para geração de renda na comunidade local, tais como: lanchonete comunitária (Ecolanches), cooperativa de artesanato (As sisaleiras), cooperativa para a restauração de moradias precárias (Paisustentáveis).

A proposta baseia-se em experiências econômicas solidárias já existentes, e que tiveram bons resultados na perspectiva da sobrevivência e da autogestão, a exemplo desta prática que vem gerando resultados positivos, é a Ecolanches, uma lanchonete situada no Campus I da UFPB, onde um grupo de moradoras da Comunidade São Rafael produz e comercializa alimentos saudáveis diferenciados,

com apoio da INCUBES – Incubadora de Empreendimentos Sociais – órgão ligado à PRAC/UFB. O grupo já obteve resultados significativos, mas ainda precisa se fortalecer em termos de gestão para atingir os patamares de sustentabilidade, viabilidade econômica e autonomia para iniciar a fase de desincubação. Este projeto visa contribuir com esse processo, mobilizando conhecimentos da Engenharia de Produção, da Psicologia do Trabalho, da Educação Popular e da Gestão Organizacional para enfrentar problemas na gestão da produção dos alimentos. Nesse sentido, o objetivo é melhorar a solução de Planejamento e Controle da Produção (PCP), apropriada às características da Ecolanches, adotando metodologias participativas que favoreçam o empoderamento dos indivíduos e do grupo, especialmente em seu caráter coletivo e autogestionário.

Para MOTTA (2010), a Economia Solidária é considerada como uma forma concreta de prática econômica e também um projeto de transformação social. Nessa vertente, a Economia Solidária ganha sentido enquanto alternativa pertinente a ser trabalhada no ambiente escolar composto por sujeitos socialmente e economicamente vulneráveis.

5. RECURSOS E PARCERIAS

Para a implementação da proposta de intervenção será necessário articular parceria com a Incubes/UFPB, no tocante ao desenvolvimento de oficinas, indicação de materiais didáticos e nas ações de intercâmbio com empreendimentos de ECOSOL, a exemplo da Ecolanches instalada no campus I.

Outra frente de parcerias se relaciona com a comunidade local, comerciantes do entorno para obtenção de recursos na fase inicial da criação das cooperativas. Secretarias municipais locais também podem ser mobilizadas para nos auxiliarem em ações específicas (intercâmbio, oficinas etc).

6. RESULTADOS ESPERADOS

- ✓ Discentes do 3º ano capazes de discernir e construir conhecimentos e práticas a partir das ideias e vivências sobre ECOSOL, cooperativismo e desenvolvimento sustentável;
- ✓ Pais e comunidades locais com sentimento de pertença ao território e sensibilizados acerca da relevância da construção participativa para tomada de decisões;
- ✓ Ao menos 5 parcerias firmadas com órgãos públicos locais, movimentos sociais e UFPB;
- ✓ Ao menos 1 cooperativa criada e em funcionamento com a participação de pais, discentes e outros integrantes das comunidades locais.
- ✓ Redução em 30% da evasão escolar de discentes com idade maior ou igual a 18 anos, considerando a média alcançada nos dois últimos anos.

7. CRONOGRAMA

Objetivo	Meta	Atividade	Período	
			Início	Final
Sensibilizar os docentes e demais profissionais da comunidade escolar acerca dos princípios da economia solidária	Exibir alternativas viáveis numa nova perspectiva de construção de uma sociedade economicamente mais igual	Oficinas, diagnósticos,	Março 2020	Mai 2020
Elaborar junto aos discentes da Escola Cidadã Integral Técnica Erenice Cavalcante Fideles a compreensão de iniciativas da Economia Solidária através do senso coletivo e busca de justiça social	Construção do entendimento coletivo para propor estratégias de transformação social	Elaboração do diagnóstico participativo; intercâmbios e estruturação de parcerias	Março de 2019	Agosto 2019
Propor políticas internas para a geração de renda das famílias dos estudantes matriculados na escola e fragilizados economicamente, baseadas nos moldes da Economia solidária	Formar cooperativas com pais de alunos.	Estudo de viabilidade, oficinas formativas, reuniões a assembleias p/ implantação de cooperativas.	Setembro 2020	Dezembro 2020

8. REFERÊNCIAS

- BORGES, J. B.; SGUIAREZI, S. B. **Economia solidária e educação**. Akropolis Umuarama, v. 20, n. 3, p. 151-158, jul./set. 2012.
- BRASIL (1909). **Decreto nº. 7.566, de 23 de setembro**. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito.
- BRASIL (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro**. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, 10 nov. 1937.
- BRASIL (1961). **Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, 27 dez, 1961.
- BRASIL (1971). **Lei nº. 5.692, de 11 de agosto**. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1.º e 2.º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 12 ago.1971.
- BRASIL (1996). **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, 23 dez. 1996.
- BRASIL (1997). **Decreto 2.208, de 17 de abril**. Regulamenta o § 2.º do art. 36 e os arts.39 a 42 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1995, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, 18 abr.1997.
- BRASIL (2008). **Lei n.º 11.741, de 16 de julho**. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 17 jul.2008.
- BRASIL (2009). **Ministério da Educação**. Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.2009.
- BRASIL (2014). **Lei nº 13.005, de 25 de junho**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 25 de junho de 2014.
- BRASIL (2014). **Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/ SASE)**.Planejando a próxima década conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação.
- BRASIL (2015). **Lei nº 10.488, de 23 de junho de 2015**. Plano Estadual de Educação da Paraíba (2015 – 2025). João Pessoa, PB.
- CENSO, I. B. G. E. Disponível em:< <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 03 de setembro, 2010.
- CENSO, I. B. G. E. Disponível em:< <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 03 de setembro, 2016.

- CENSO, I. B. G. E. Disponível em:< <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 03 de setembro, 2017.
- CENSO, I. B. G. E. Disponível em:< <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 03 de setembro, 2019.
- ESCOTT, C. M. & Moraes, M. A. C. de. (2012). **História da educação profissional no Brasil: as políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “história, sociedade e educação no Brasil”. (pp. 1492- 1508). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba.
- FONSECA, C. S. (1961). **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica.
- FREIRE, Paulo. **A educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: paz e Terra, 2002.
- KUENZER, A. Z. (org.) (2007). **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez.
- MOGILKA, M. **Educação Popular, Subjetividade e Intervenção Democrática**. In: Ágere: Rev. De Educação e cultura, Salvador, v.6, 2002. p. 113 -130.
- MOTTA, Eugênia de Souza Mello Guimarães. **Trajetórias e transformações no mundo da Economia Solidária**. Rio de Janeiro: UFRJ/ Museu Nacional, 2010.
- PARAÍBA, Governo do Estado. Secretaria de Educação. **Articulação curricular e projetos empreendedores: uma prática inovadora na rede pública da Paraíba**. Organização de Aléssio Trindade. João Pessoa: A União, 2018.
- RODRIGUES, Estela Fidelis. **EJA e Economia Solidária: um diálogo entre os princípios da ECOSOL e a prática da Educação Popular**. UFABC, 2011.
- SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo, SP: Perseu Abramo, 2002.
- SINGER, Paul, 2005. **A economia solidária como ato pedagógico**. In: Kruppa , Sonia M. Portella (org.). *Economia solidária e educação de jovens e de adultos*. Brasília: Inep/MEC, p. 15- 20.
- SALES, P. E. N. & Oliveira, M. A. M. (2011). **Políticas de educação profissional no Brasil: trajetórias, impasses e perspectivas**. In M. L. M. Carvalho (Org.) *Cultura, saberes e práticas: memórias e história da educação profissional* (pp. 165-184). São Paulo: Centro Paula Souza.
- VIEIRA, Alboni Marisa DudequePianovski; DE SOUZA JÚNIOR, Antônio. **A educação profissional no Brasil**. *Interacções*, v. 12, n. 40, 2017.